



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 17/2015

----- Aos onze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Carlos Fernando Frazão Correia, por se encontrar de férias. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o período antes da ordem do dia e com a concordância de todos os Vereadores, informou que, a próxima reunião de Câmara seria antecipada para o dia vinte e um de setembro, pelas dezasseis horas, considerando a realização da Assembleia Municipal no dia vinte e seis de setembro.-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foram colocadas a discussão e votação as atas nºs 13/2015 e 14/2015, referentes às reuniões ordinárias de 13 de julho e 24 de julho, respetivamente. -----

----- Aprovada a ata nº 13/2015, por unanimidade dos presentes com direito a voto (5 votos a favor), não participando na votação, por não ter estado presente na reunião em causa, o Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- Aprovada a ata nº 14/2015, por unanimidade dos presentes com direito a voto (4 votos a favor), não participando na votação, por não terem estado presentes na reunião em causa, os Vereadores Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo e Daniel Alexandre Pulquério Pinto.-----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: cento e trinta e dois mil, quinhentos e noventa e nove

euros e sessenta e nove cêntimos. -----
----- Operações não Orçamentais: cento e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e um euros e onze cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- VISITAS AGENDADAS PARA AS SALINAS DE RIO MAIOR -----

----- CONCURSO NACIONAL RAINHA DAS VINDIMAS 2015 – A.M.P.V.-----

----- ALTERAÇÃO DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DO PEDU – 30 DE SETEMBRO -----

----- INSTRUMENTOS FINANCEIROS DO PORTUGAL 2020 PARA A REABILITAÇÃO URBANA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA -----

----- IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DO DESPORTO – PLATAFORMA TICE/INSPORHEALTH E ASSINATURA DE PROTOCOLO -----

----- FREGUESIA DE RIO MAIOR – 6ª FEIRA DE ARTESANATO URBANO E ARTIGOS EM 2ª MÃO – AGRADECIMENTO -----

----- AÇÃO DE FORMAÇÃO PARA TÉCNICOS DA ÁREA SOCIAL E COM O PATROCÍNIO DO ALTO COMISSARIADO DAS MIGRAÇÕES – DIA 10 DE SETEMBRO – “PORTUGUESES, CIGANOS, CIDADANIA E INTERCULTURALIDADE” -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre a Plataforma de Inovação no Desporto e Saúde ressaltou a sua importância, no entanto considerava que a mesma não era a plataforma do Desporto, mas sim do Alto Rendimento, dado não estar representado na sua base o desporto que se vive em Portugal com a atividade de cerca de quinze mil clubes, coletividades e associações. A plataforma e a conta satélite para terem uma perspetiva global desde a base da pirâmide até ao alto rendimento deveriam ter a presença das Confederações do Desporto de Portugal e das Coletividades, considerando que, na perspetiva do desporto para todos do Comité Olímpico de Portugal, e do desporto associado à saúde, a plataforma ficava restringida ao segmento industrial do desporto. Aditou tratar-se de um passo positivo, pois o concelho do desporto, como é o caso de Rio Maior, deve aproveitar todas as oportunidades e a abertura do conceito de desporto e saúde deveria ter a presenças das instituições citadas.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por felicitar a Câmara Municipal de Rio Maior por este passo extremamente importante que cada vez mais consolida a importância do desporto em

Rio Maior. Recordou que a questão da opção pelo desporto, objeto de disputa do poder, nem sempre fora bem entendida, mas presentemente a razão mostra que a ligação desporto-saúde é o futuro.-----

----- Seguidamente reportou-se à questão dramática dos refugiados e referiu que gostaria que a Câmara Municipal de Rio Maior tivesse disponibilidade e abertura para em conjunto com outras instituições da área social de Rio Maior, avaliar até que ponto poderia ir o contributo da sociedade riomaiorense, não por ser um imperativo nacional, mas sim por afetividade e humanismo e que se fizesse tudo o que estivesse ao alcance dos riomaiorenses.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por dizer sentir um orgulho enorme pelo facto de ter sido assinado em Rio Maior o protocolo entre a TICE (Plataforma INSPORTHEALTH), a Desmor, E.M., o Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior e a Escola Superior de Desporto de Rio Maior, o que permitiu a instalação da Plataforma de Inovação no Desporto e Saúde, referindo ainda que, por vezes, estes protocolos são celebradas em locais emblemáticos. -----

Disse ser notável que em Rio Maior se tivesse tido a capacidade de desenvolver este setor e a partir daqui para o meio nacional e também internacional, congratulando-se que esta estratégia de desenvolvimento económico, cultural, social, da juventude, ou seja de regeneração de tudo o que acontece no concelho de Rio Maior, passe pelo desporto.-----

----- Reportou-se à questão dos refugiados e disse concordar com as palavras proferidas pelo Vereador Carlos Nazaré, pois não se pode fechar os olhos a esta realidade e se Rio Maior poder dar o seu contributo, considerava fantástico. Recordou o número de turistas que entraram em Portugal no ano de dois mil e catorze, cerca de dezassete milhões e nem todos eles estão identificados, o que advém da liberdade de circulação, pois a partir do momento que se abrem fronteiras, existem riscos, poderá haver terroristas, mas trata-se de situações que terão de ser controlados e monitorizadas devidamente, pelos serviços competentes. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu a inauguração no passado dia oito de setembro, pelo Senhor Secretário de Estado do Desporto e Juventude, Emídio Guerreiro, da Plataforma de Inovação no Desporto e Saúde, que é um cluster do desporto em Rio Maior e cuja sede é no Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior. Salientou ser uma plataforma com abrangência nacional e internacional, ou seja transfronteiriça, dado já estar inscrita em

organismos internacionais, com a assinatura de diversos protocolos. Disse também que Rio Maior era reconhecida como a cidade do desporto, mas atualmente também o será como a cidade do conhecimento, da investigação e ainda como a cidade das empresas e da competitividade dentro do setor desportivo. Referiu que aquela ideia antiga de que o desporto “é custo, não é economia, nem empresas” atualmente, está completamente ultrapassada. Disse também que, brevemente, serão apresentados os resultados da Conta Satélite do setor Desportivo a nível nacional e a respetiva importância no PIB nacional e europeu.-----

Frisou ser um cluster que foi criado e todas as entidades podem aderir ao mesmo e não se trata de uma associação de associações, pois tem regras devidamente definidas por legislação própria, mas todas as entidades serão bem-vindas. Frisou que esta plataforma faz a ligação entre o desporto, a investigação, o conhecimento e as empresas, sendo uma alavanca para o desenvolvimento do País. Recordou que também fora dito na referida conferência que, segundo os estudos existentes, a nível europeu e mundial, um euro investido no Desporto tem um impacto de cerca de dois, três euros na economia. -----

----- Salientou que este cluster conta com entidades como o Pólo de Tecnologia, Formação e Comunicação Eletrónica de Aveiro, da Universidade do Minho, da Fundação do Desporto, do IPDJ, do Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior, da Escola Superior de Desporto e do Instituto Politécnico de Santarém, que dão uma dimensão nacional à plataforma que pretende dar uma resposta coletiva ao conceito de inovação aplicado ao desporto e saúde implementando uma organização de redes associadas e estratégias de eficiência coletiva nesse setor. Reune empresas, organizações desportivas, unidades do sistema científico e tecnológico e instituições do ensino superior com o objetivo de desenvolver ações que melhorem a competitividade, incentivando o desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores, com transferência de conhecimento, formação avançada, marketing e a internacionalização. Considerou ainda que esta plataforma é o reconhecimento da importância do desporto em Rio Maior, associando a dimensão económica que poderá ter, como força motora para o desenvolvimento. Recordou as palavras do Senhor Secretário de Estado, de que se estava a construir uma verdadeira plataforma económica do desporto marcando o caminho para o futuro, pois trata-se de uma plataforma de excelência em Rio Maior.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que gostaria que ficasse bem claro que apenas queria uma plataforma ainda melhor e manifestou admiração pela forma como o PSD, fala do desporto, atualmente. Referiu a importância de registar que o desporto, atualmente, é um

elemento mobilizador da sociedade riomaiorense, e, apesar de ainda não o ser na totalidade, congratulava-se por ver os órgãos políticos unidos na construção de uma plataforma de excelência em Rio Maior, tratando-se de um contributo fundamental para a afirmação, não só da cidade, como do concelho. Aditou que a plataforma é uma mais-valia muito importante, no entanto, como sempre afirmara os clubes em Portugal são o ponto de partida e de chegada do desporto, quer na perspectiva do desenvolvimento integral do ser humano, na perspectiva quer da saúde, quer da competição.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Referiu não esconder que o partido que representa foi crítico da opção desportiva, no entanto os investimentos estão feitos, havendo que os potenciar e dar-lhes uma dimensão económica e empresarial que poderá contribuir para o desenvolvimento de Rio Maior em termos económicos, opinando que quem não o fizesse não seria inteligente. Disse ainda, que na época, provavelmente não seria possível dar-lhe esta dimensão, daí considerar que deve ser aproveitada e potenciada.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Para finalizar este assunto disse que não potenciar o investimento já feito no Desporto não seria inteligente nem responsável, sendo essa a missão do Executivo Municipal. Salientou a importância que o desporto tem a nível local, regional e nacional e felicitou todas as entidades envolvidas, congratulando-se com o facto da Plataforma de Inovação no Desporto e Saúde, estar sediada em Rio Maior. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Começou por questionar o ponto da situação relativamente à possibilidade da requalificação urbana contemplar a recuperação da Vila Romana, através da linha do rio Maior, opinando ser agora o momento certo, aproveitando as candidaturas ao Portugal 2020.-----

----- Seguidamente reportou-se ao Turismo, questionando a razão da suspensão do Plano de Pormenor das Salinas de Rio Maior, algo que o deixara apreensivo.-----

----- Quanto à Frimor referiu compreender não ser fácil fazer as mudanças no sentido da qualidade e do crescimento sustentado do certame, pois quando se iniciou o agroalimentar, valorizando as indústrias foi um sinal de regeneração da feira e que tem corrido bem, no entanto apesar destas pequenas novidades, na globalidade, a feira não apresentou uma imagem favorável, não se assumindo como um grande evento, algo que constatara na troca de opinião com algumas pessoas.-----

Frisou que, provavelmente, a questão está nos detalhes da feira, referindo,

nomeadamente, a opção da programação musical, opinando que competia a uma instituição pública e que lidera o seu território, ter uma visão global para todas as áreas, incluindo a cultura. Disse ainda que fazia sentido, nos momentos que são de cultura popular, em que as pessoas saem à rua, dar-lhes a oportunidade de contactar com outras realidades, apresentando alternativas de qualidade e a baixo custo.-----

----- Relativamente ao interior do Pavilhão referiu o primeiro andar com a representatividade agroalimentar, considerando no entanto, que existem empresas deste ramo que deveriam fazer um esforço no sentido de se fazerem representar, e que estão associadas à criação de muitos postos de trabalho e com um grande volume de negócios. Referiu a grande confusão de horários com atividades diversas a ocorrerem em simultâneo, opinando que poderá não ser a melhor opção.-----

----- Disse que ainda não se conseguira dignificar e melhorar o certame, o qual merecia outro tipo de intervenção e gostaria que estivessem representadas mais tasquinhas, pois o piso inferior apresenta muitas atividades diferentes que devem ser repensadas.-----

----- Manifestou disponibilidade para dar o seu contributo para uma feira que possa competir com outros grandes eventos, havendo que tomar decisões e deu o exemplo das feiras de Cantanhede e do Crato que são grandes eventos. Tem de haver criatividade para se fazer aquilo que os outros ainda não fizeram, recordando a propósito, a opção pelo desporto.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Começou por recordar que passaram catorze anos dos acontecimentos do 11 de setembro, lamentando que catorze anos depois, não tendo a queda das torres gémeas, verifica-se o desmoronar da África e dos conceitos da humanidade. Considerou que o maior negócio da humanidade é o armamento, investindo-se naquele mais do que na saúde, na investigação, na ciência e na educação, o que leva a extremos, pois para o ser humano que não tem as condições de higiene, de segurança, habitação e alimentação, devidamente salvaguardadas, o valor da vida é muito baixo, aparecendo o conceito de homem e mulher bomba, algo dramático para o desenvolvimento civilizacional, assistindo-se a um retrocesso gravíssimo destes valores. Aditou que, as imagens a que se tem assistido e que leva as pessoas a arriscarem pelo mediterrâneo e pelas fronteiras, procurando um dia melhor, significa que o sistema capitalista faliu e se alguma palavra fosse necessária, daria apenas uma fotografia e tal como disse o Papa Francisco este sistema está a chegar ao fim. Opinou que, na questão dos refugiados não é preciso ser cristão, nem católico para se ser solidário e fraterno, basta ser humano com valores. Disse ainda que a Europa foi líder, após a segunda guerra mundial, na assunção plena de que os valores da vida,

da solidariedade, da fraternidade e da igualdade entre os homens, eram inerentes à condição humana, daí que só lógicas muito racistas ou monetaristas podem impedir que se recebam refugiados. Terminou esta matéria referindo que o mundo só tem evoluído porque existem migrações, porque se trata da aceitação do outro, sendo o conflito com o outro que faz crescer a humanidade. Se Rio Maior e Portugal aceitarem refugiados, estão a defender os valores da humanidade e do ser humano. Frisou que o respeito pela diferença é um elemento decisivo para a inclusão e disse estar sempre disponível para dar um contributo para aceitação da diferença. -----

----- Perguntou qual o ponto da situação do processo relativo à poluição do rio Maior, pois o que aconteceu não pode ficar impune e as entidades responsáveis têm de cumprir a sua missão. Recordou ainda o que se passara na Ribeira de S. Gregório e nos areiros, em que só catorze meses depois, as entidades se deslocam à Câmara Municipal a solicitar informações, opinando que a intervenção da Câmara dever ter outra dimensão.-----

----- Questionou o ponto da situação relativamente ao Centro de Saúde de Rio Maior, pois na passada quarta-feira, cerca das oito horas, estavam vinte e nove utentes em espera, sendo que o primeiro chegou cerca das seis horas. Solicitou também informação relativamente às extensões de saúde de Alcobertas e de S. João da Ribeira. .-----

----- Finalizou a intervenção reportando-se à Frimor que tinha iniciado um ciclo diferente na tentativa de atrair mais os centros da atividade económica, opinando que o certame tem de ser reinventado, o que só se conseguirá envolvendo um maior número de pessoas, pois apesar dos esforços de inovação feitos, nas primeiras iniciativas, ainda é cedo para se fazer o balanço objetivo da realidade. Frisou a importância de criar um grupo de trabalho sobre a liderança da autarquia, na perspetiva de transformar o certame, porque as fileiras da atividade económica com maior peso não estão lá representadas, nomeadamente as empresas do ramo agroalimentar como a Nobre, a Pampor e a Costa & Ferreira. Também as empresas do setor das madeiras e do setor geológico deviam estar representadas na feira, obrigatoriamente.-----

----- Terminou referindo a sua total disponibilidade para dar contributos no sentido de transformar a Frimor em algo diferente e considerou o programa muito sobrecarregado, não se conseguindo rentabilizar todas as ofertas, havendo que criar alternativas que o permitam. Lembrou que existem concelhos mais pequenos que o de Rio Maior e que continuam a ser referências no período de Verão, em termos de realização de certames. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se ao regimento da Câmara Municipal e gestão do tempo de intervenção dos Vereadores recordando que quando o mesmo fora votado apelara ao bom senso no sentido de se fazer a gestão do tempo, pois cada um tem a sua atividade e quando não se cumprem regras torna-se um problema. Solicitou à Senhora Presidente para cumprir o regimento e se considerar que o mesmo não serve os interesses da Câmara, deverá ser apresentada uma proposta de alteração, para não ser sempre usurpado como se não existisse.-----

----- De seguida referiu a alteração da data do PEDU e sugeriu que se aproveitasse para rever a questão do rio e de algumas atividades lá existentes, nomeadamente a moagem, pois existem interesses especulativos em redor da compra da mesma e que poderão inviabilizar algum projeto que a Câmara tenha para aquele local e para a cidade.-----

----- Sobre o certame Frimor opinou que fora a feira possível e congratulou-se com a representatividade do ramo agroalimentar, apesar de não ter tido a presença de algumas empresas com peso significativa em Rio Maior. Opinou que a Câmara terá de motivar e sensibilizar essas empresas de forma a estarem representadas. Sobre o programa da feira também considera que deve ser repensado e referiu estar disponível para analisar esta matéria, considerando que o Executivo nada tem a perder em ouvir outras opiniões e assim conseguir fazer uma feira de consenso.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Começou por dizer que os contributos são sempre bem-vindos, sendo sempre possível melhorar. Referiu que a realidade, em termos de espaço da feira, atualmente é diferente e não se poderia fazer uma feira como se fazia há quarenta anos. Referiu que desde dois mil e nove a feira tem vindo a crescer, e a cebola continua a ser a rainha. Lembrou que foi criado o espaço equestre, com espetáculos de qualidade e que tem vindo a melhorar consecutivamente. Sobre a representatividade do agroalimentar, referiu que esta também aumentou ocupando toda a área do 1º andar. Disse que também se conseguiu atrair para a feira a Direção Regional da Agricultura, a APRODER, a CAP, o Nersant, assim como diversas representatividades de Málaga, opinando que se pode sempre continuar a melhorar. Salientou o espaço Net Work para as empresas trocarem informações e fazerem parcerias. Lembrou a criação, na edição de diversos Seminários com a abordagem de diferentes temas. Opinou que houve uma evolução qualitativa do certame.-----

----- Sobre o programa da feira referiu não ser habitual haver programas tão diversificados, pois na mesma hora havia programas para públicos diferentes. Sobre as escolhas musicais referiu que também foram diversificadas e lembrou que os espetáculos mais populares conseguem reunir um maior número de espetadores, não

conferindo um ar vazio ao recinto.-----

----- Disse ainda que, caso houvesse um espaço livre envolvente ao Pavilhão Multiusos, seria possível fazer outras coisas, mas aceitava todas as sugestões, apesar de considerar que, mais uma vez, o certame evoluiu positivamente.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se referir à prática desportiva e fez a seguinte intervenção: “ No passado mês de agosto decorreu em Matosinhos o Europeu de Sub 16 feminino de Basketball e a Seleção Portuguesa chegou à final conseguindo um honroso 2º lugar, para o qual contribuiu a Mariana Silva de Rio Maior. Os pais são professores e também treinadores do Rio Maior Basket. Também a Mariana Silva foi a jogadora que registou a maior percentagem de lançamentos convertidos. -----

----- Esta atleta iniciou a sua prática desportiva em dois mil e oito no Rio Maior Basket e fez parte das Seleções Distritais que representaram a Associação de Basketball de Santarém nas festas do mini Basket em Paços de Ferreira e nas Festas do Basketball Juvenil nos escalões de Sub 14 feminino, durante três anos, e nos escalões Sub 16 durante dois anos. Esteve integrada no Centro de Alto Rendimento do Jamor, durante dois anos.-----

----- Ainda representou a Seleção Nacional Feminina no Campeonato da Europa de Sub 16, em Debrecen, na Hungria em Agosto de dois mil e catorze, obtendo o décimo terceiro lugar e em agosto de dois mil e quinze, também no Campeonato realizado em Portugal, obteve o 2º lugar. -----

----- Com ela estiveram também Riomaiorenses a apoiar a equipa e à Mariana em particular e também aos treinadores de Rio Maior. É claro que, e aqui aplica-se bem o ditado, “filho de peixe sabe nadar”, ou não fosse ela filha de dois dos jogadores de Basket mais prestigiados de Portugal, Teresa Barata e Hélder Silva, os quais integraram, no seu tempo, as respetivas Seleções Nacionais de Basketball.-----

----- Deixo aqui o registo porque é nos jovens e a partir da escola dos jovens que se fazem os atletas e estes atletas são recolhidos nas nossas escolas e muitas vezes é com o trabalho dos professores que os treinam, através do desporto escolar, que muitas vezes os encaminham para os diferentes clubes locais e se fazem, alguns deles, grandes atletas de alta competição.-----

----- Não poderia deixar de partilhar convosco a minha alegria de ver uma aluna de Rio Maior que frequenta ainda uma das nossas escolas, levar o nome de Portugal à Europa e também agradecer aos dois progenitores, aos professores Teresa Barata e Hélder Silva, que dão muito do seu tempo em prol de todos os alunos das nossas escolas que querem integrar as diferentes equipas de Basket que constituem o Rio

Maior Basket.”-----
----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----
----- Na sequência das intervenções feitas subscreveu a manifestação de satisfação e alegria feita pela Vereadora Ana Figueiredo, referindo que fora testemunha de todo o trabalho, empenho e disciplina que os treinadores impunham aos jovens, dado que a sua filha também foi atleta de Basket.-----
----- Desejou um bom início de ano letivo para toda a comunidade escolar.-----
----- Relativamente à Frimor agradeceu todo o trabalho desenvolvido pelo Vereador Lopes Candoso, assim como a todos aqueles que contribuíram para a concretização do mesmo.-----
----- Sobre a mudança de atitude relativamente ao desporto frisou que estavam sempre disponíveis para mudar e trabalhar, no intuito de melhorar e quando se tem a responsabilidade de gerir, trabalha-se sempre naquilo que é a defesa dos superiores interesses do concelho, aproveitando todas as mais-valias existentes para as poder potenciar.-----
----- Quanto à Villa Romana informou que fora uma das prioridades apresentada no âmbito da contratualização, dado tratar-se de um sítio classificado e inclusive já reuniram com a Direção Geral do Património Cultural. -----
----- Sobre a zona ribeirinha informou que também avançaram com a requalificação da mesma, num projeto mais alargado para que possa ser enquadrado no âmbito da valorização do património das várias candidaturas do Portugal 2020. Salientou o facto de se tratar do rio que dá nome à cidade, podendo criar-se a partir daí, uma nova centralidade. -----
----- De seguida reportou-se ao Plano de Pormenor e Salvaguarda das Salinas e referiu que o que fora presente a reunião da Câmara foram os termos de referência do citado plano para adequá-lo à nova realidade e iniciar novo procedimento, pois a Comissão de Acompanhamento teve de ser alterada, considerando que cerca de cinquenta por cento dos membros que a compunham já não se encontram nos serviços da CMRM. Também se verificou a necessidade de redefinir a área de intervenção. Disse que o processo vai avançar, sendo um instrumento de ordenamento do território que permitirá avançar com outras candidaturas neste âmbito.-----
----- De seguida reportou-se à poluição do rio Maior e referiu que a Câmara Municipal vai proceder a nova insistência junto das entidades que têm competência para intervir mais diretamente, pois trata-se de uma preocupação para o Executivo que pretende que o concelho tenha uma imagem positiva, mantendo as empresas existentes e atraindo novos investimentos.-----

----- Fez também referência às questões da saúde e disse que alguns dos problemas citados estiveram relacionados com o período de férias, o que provocou ainda uma maior rotura no atendimento do Centro de Saúde. Informou que o Dr. Victor Santos continua a fazer consultas em Alcobertas, havendo também o compromisso de um dos médicos do Centro de Saúde se deslocar semanalmente a S. João da Ribeira e Ribeira de S. João. Disse que aguarda evolução do processo ainda durante o mês de setembro.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Ainda sobre a poluição do rio Maior referiu que todos sabem qual a indústria que polui o rio e tudo se agrava dado o período de Verão e o baixo caudal do rio. Solicitou que a Câmara liderasse um processo, na tentativa de encontrar soluções, convocando uma reunião com as diversas entidades e verificar a disponibilidade da empresa para lançar efluentes na ETAR, pagando as respetivas taxas de tratamento, tudo isto na defesa do interesse público dos riomaiorenses e da própria empresa que tem centenas de postos de trabalho.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre o regimento referiu que o Vereador Carlos Nazaré deveria também olhar para o tempo gasto pelo Vereador Daniel Pinto.-----

----- Quanto à questão da poluição referiu a gravidade da situação no que respeita ao facto dos resíduos industriais irem para a ETAR, opinando que a empresa tem de encontrar solução para os seus problemas, pois está a lançar para o rio mais de mil metros cúbicos de poluição grave. Referiu que os cidadãos são livres de denunciarem as situações, tanto mais que a Câmara coloca isso no seu site e Rio Maior não pode ser vítima desta situação, pois não foi apenas água suja que foi lançada para o rio.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 56/2015 DE 25 DE AGOSTO - AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2015/2016 - REGIME SIMPLIFICADO AO ABRIGO DOS ARTIGOS 128º E 129º DO CCP.**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho em apreço, através do qual a Sra. Presidente da Câmara Municipal autorizou a adjudicação do fornecimento de refeições escolares, até ao montante de 1.929,20 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor, à empresa Gertal – Comp. Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A. através de ajuste direto simplificado, nos termos da informação nº 41/SUASE/2015.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou se foram contactadas outras entidades locais que prestam serviço na área da alimentação, pois esta esta empresa não fazia parte do concurso da CIMLT, o que também questionava em relação aos centros de dia, aos lares e ao Centro de Estágios, pois sendo um ajuste direto simplificado, provavelmente algumas delas estariam disponíveis.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Informou que este despacho decorre do atraso verificado no concurso da CIMLT, referindo que este fora o primeiro ano em que se iniciaram as atividades de apoio e acompanhamento à família, no pré-escolar, as quais decorrem nos Centros Escolares 1, 2 e Poeta Ruy Belo. Aditou que esta situação vai contra aquilo que o Vereador Augusto Figueiredo tem manifestado nestas situações, mas o que foi feito foi contactar a empresa a que tinha sido adjudicado o fornecimento das refeições, salvaguardando desta forma o fornecimento das mesmas num período de catorze dias. Referiu ainda que o Concelho de Almeirim não interrompe o serviço de refeições e mesmo no mês de Agosto as crianças mais carenciadas têm uma refeição assegurada.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu compreender que neste período intercalar de catorze dias se tem de encontrar uma solução, devendo ser esta a mais prática e objetiva, apesar de se poder consultar outras empresas. Solicitou ao Executivo que analisasse como é possível fornecer uma refeição completa por um euro e seis cêntimos, sendo este o verdadeiro drama, e que é imposto por legislação que deve ser alterada. Deixava o desafio às estruturas do Ministério da Educação para demonstrarem como é possível, em continuidade, fazer uma alimentação equilibrada e saudável com o valor referido e ainda com lucro para as empresas. Disse que o preço anterior era de um euro e nove cêntimos e que por imposição legislativa foi reduzido, algo que considerou vergonhoso e que na sua opinião deve ser denunciado.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Esclareceu que nas diferentes reuniões realizadas ao longo do ano na CIMLT todos os municípios manifestaram apreensão relativamente ao citado preço aditando que a Câmara Municipal vai acompanhar toda a situação.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo e Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Eu abstive-me, e aqui é nós, a CDU, é um voto político, não tem nada a ver com o nobel serviço que a Câmara está a fazer dando a possibilidade de as crianças, a partir de um de setembro, possam ter a alimentação nas escolas, mas água mole em pedra dura, tanto dá até que fura, nós achamos que há condições no Concelho para responder as estas questões e isso pode contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento do Concelho.” -----

----- **DESPACHO N.º 58/2015 DE 27 DE AGOSTO - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PUBLICO INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ATRAVÉS DA CCE-CIMLT.**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho nº 58/2015, exarado pela Sra. Presidente da Câmara no dia 27 de agosto do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a abertura de procedimento de Concurso Público, com publicação no JOUE, a desenvolver pela CCE-CIMLT, com a finalidade de celebrar um acordo de quadro nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos, para a aquisição de energia elétrica.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Chamou a atenção para o facto de, no Concelho de Rio Maior, se gastar um milhão, trezentos e noventa e nove mil quinhentos e quarenta e seis euros e trinta e um cêntimos, anuais em energia, o que do ponto de vista orçamental da Câmara Municipal tem um grande impacto e tem efeitos na gestão e nos projetos futuros da autarquia. Deve refletir-se sobre a importância da eficiência e eficácia energética nos próximos tempos o que deve ser uma preocupação central nas candidaturas. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que a questão da iluminação pública tem um peso significativo no orçamento do município, e está a ser enquadrada no âmbito do novo quadro comunitário.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO N.º 62/2015 DE 07 DE SETEMBRO – EMPREITADA: LOTE 1 – AMPLIAÇÃO E REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO CONCELHO – REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE RIO MAIOR – SUSPENSÃO DOS TRABALHOS DA EMPREITADA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho nº 62/2015, exarado pela Sra. Presidente da Câmara no dia 07 de setembro do corrente ano, ao abrigo do nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro,

pelo qual se determinou a suspensão total dos trabalhos da empreitada por um período de 18 dias, nos termos fundamentados da informação técnica nº 4/2015-JPB, datada de 07 de setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO N.º 63/2015 DE 08 DE SETEMBRO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – REFEIÇÕES ESCOLARES NO ANO LETIVO DE 2015/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 63/2015 exarado pela Sra. Presidente da Câmara no dia 08.09.2015, através do qual foi decidido:1 – Adjudicar a prestação de serviços de “Fornecimento de Refeições Escolares no ano Letivo de 2015/2016”, ao consórcio Gertal – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A. / Itau – Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A. / Socigeste – Serviços, Indústria e Comércio de Refeições, Lda., pelo montante de € 290.291,79 (duzentos e noventa mil duzentos e noventa e um euros e setenta e nove cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.2 – Que, nos termos do n.º 2 do artigo 77º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário fosse notificado para, no prazo de 10 dias a contar da data da notificação de adjudicação, apresentar os documentos de habilitação exigidos no ponto 12 do convite do procedimento, bem como prestar a caução devida referente a 5% do valor total da adjudicação.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que o valor em causa era elevado e que reconvertido na economia local era um contributo, pois a responsabilidade da autarquia tem uma outra agravante ao nível do Poder Central, considerando os custos que lhe estão inerentes e que são transferidos no âmbito do protocolo feito em dois mil e oito, cujo saldo é negativo, pois paga-se mais do que aquilo que se recebe. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Frisou que não deixa de ser um euro e cinco cêntimos por cada aluno e o município irá acompanhar a situação no que respeita a quantidades e respetiva ementa.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com as abstenções dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se

transcreve na íntegra: -----
----- “ Optamos pela abstenção, ainda que tivéssemos aprovado o ponto anterior porque era uma situação de emergência, esta é uma situação de continuidade e pelas razões já postas quando o assunto veio à Câmara, pelas mesmas razões, pelo preço, pelo facto de a Câmara ser obrigada a correr estes caminhos que não são de qualidade para os nossos alunos, coerentemente, a nossa posição é de abstenção.”---

----- **PONTO II – CERTIFICAR NATUREZA DE CAMINHO SITO EM VALE DE ÓBIDOS, FREGUESIA DE RIO MAIOR E ÁREA CEDIDA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO, EM NOME DE SANDRA AZENHA, SOLICITADORA LICENCIADA - PROCESSO Nº 186/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida, certificar que a estrada com no topónimo atribuído Beco da Catrina, no Lugar de Vale de Óbidos, Freguesia e Concelho de Rio Maior, é do domínio público.-----

----- Mais deliberar que do prédio urbano, sito em Vale de Óbidos, Freguesia e concelho de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 8658, foi cedido para o domínio público a área de 277 m2.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Tendo fé nos técnicos só posso votar a favor.”-----

----- **PONTO III – CERTIFICAR NATUREZA DE CAMINHOS EM FONTE DA BICA, FREGUESIA DE RIO MAIOR E ÁREA CEDIDA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO, EM NOME DE SANDRA AZENHA, SOLICITADORA LICENCIADA - PROCESSO Nº 177/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida, certificar que as estradas com o topónimo atribuído Rua Principal e rua da Esperança, no lugar de Fonte da Bica, Freguesia e Concelho de Rio Maior, são do conhecimento e domínio público. -----

----- Mais deliberar que do prédio rústico, sito em Horta, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 47º da secção M, foi cedido para o domínio público a área de 326 m2.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IV - CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO NA CHAINÇA,**

FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MANUEL FIGUEIREDO PIRIQUITO NUNES - PROCESSO Nº 187/2015 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação do topógrafo de 03/09/2015 e parecer do Chefe da UUPOT de 04/09/2015, certificar que não vê inconveniente na constituição de propriedade ou no aumento de partes para o prédio rústico, sito em Chainça, na Freguesia de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 52 da Secção CT, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –
----- (Ausentou-se da Sala de Reuniões o Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo)-----

----- PONTO V – LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DE PRÉDIO SITO EM ASSEICEIRA, EM NOME DE F.ELIAS UNIPessoal, LDA. - PROCESSO Nº 1/2015 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é avocar a competência delegada na Presidente em reunião de 24/10/2013 e subdelegada no Vereador por despacho nº 60/2013 datado de 24/10/2013.-----

----- Mais deliberar, face aos pareceres emitidos, aprovar a operação de loteamento, e conceder o prazo de seis meses para a requerente apresentar os projetos de especialidade das obras de urbanização, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Questionou porque razão a Câmara iria avocar a competência delegada. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Informou que o Vereador com a competência subdelegada entendia que o assunto devia ser presente ao órgão Câmara Municipal.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- (Voltou à Sala de Reuniões o Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo)-----

----- PONTO VI – PEDIDO DE AVALIAÇÃO DO TERRENO DO CENTRO DE DIA DE ASSENTIZ PARA ESCRITURA DE JUSTIFICAÇÃO DE DIREITOS – ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 13/07/2015 – PROCESSO Nº 1763/2015 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em aditamento à deliberação de Câmara de 13/07/2015, a Câmara Municipal de Rio Maior, por reconhecer que o Município de Rio Maior é dono e legítimo proprietário do terreno urbano onde foi implantado o centro de dia para idosos em Assentiz, autoriza a proposta da Comissão de Avaliação Municipal que lhe atribui o valor de 8.281,00€ (oito mil duzentos e oitenta e um euros).-----

----- Mais autorizar que o valor seja distribuído da seguinte maneira: **1** - Ao artigo urbano nº. 423, da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz com área total de 400,00m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o nº. 176, da freguesia de Assentiz composto de lagar de azeite e cómodos atribui-se o valor de 3.776,97€ (três mil setecentos e setenta e seis euros e noventa e sete cêntimos); **2** - Ao artigo urbano nº. 247, da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz com área de 263,00 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o nº. 192 da freguesia de Assentiz composto de Casa de habitação, adega, curral, palheiro e quintal, atribui-se o valor de 2.483,35€ (dois mil quatrocentos e oitenta e três euros e trinta e cinco cêntimos); **3** - Ao artigo urbano inscrito na matriz sob o nº. 422 da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz com área de 214,00 m², omissa na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior e composto de casa de habitação, curral, palheiro e pateo, atribui-se o valor de 2.020,68€ (dois mil e vinte euros e sessenta e oito cêntimos).-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VII – EMPREITADA: CONSTRUÇÃO DA CRECHE DA CHAÍNÇA – PROCESSO DE LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 190/2012, DE 22 DE AGOSTO**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação total da caução, prestada pela empresa "Henrique Querido – Sociedade de Construções, S.A.", no âmbito do contrato de empreitada de obra pública identificada em assunto, nos termos da presente informação e respetivos despachos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII - EMPREITADA: CONSTRUÇÃO DA CRECHE DE MALAQUEIJO – PROCESSO DE LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 190/2012, DE 22 DE AGOSTO**----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação total da caução, prestada pela empresa "Henrique Querido – Sociedade de Construções, S.A.", no âmbito do contrato de empreitada de obra pública identificada em assunto, nos termos da presente informação e respetivos despachos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX – EMPREITADA: CONSTRUÇÃO DE TROÇOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – BENEFICIAÇÃO DO TROÇO DA EN 1 ENTRE A ROTUNDA DA AVENIDA DE PORTUGAL, ALTO DA SERRA – IC 2 – PROCESSO DE LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 190/2012, DE 22 DE AGOSTO - PROCESSO Nº 121/2010/DCC** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação parcial da caução (90%), prestada pela empresa "Matos & Nevs, Lda", no âmbito do contrato de empreitada de obra pública identificada em assunto, nos termos da presente informação e respetivos despachos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO X - HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS COMERCIAIS NO MERCADO MUNICIPAL DA CIDADE DE RIO MAIOR – ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 21/08/2015 - PROCESSO Nº 1688/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações emitidas, incluir como vogal efetivo na constituição da comissão de análise de propostas da Hasta Pública para concessão do direito de ocupação de espaços comerciais no mercado municipal da cidade de Rio Maior o Técnico Superior, Dr. João Simões Carvalho.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Enalteceu a transparência colocada neste processo. Referiu que quando fora da constituição do júri fizera fé no documento, mas o código não permite que o número seja par. Esclareceu que não tinha qualquer atitude de desrespeito pelos trabalhadores.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente esta proposta porque confio sempre no parecer dos serviços, embora possa concordar ou não com o mesmo, e a responsabilidade é minha.”-----

----- **PONTO XI - AUTORIZAÇÃO PARA AFIXAÇÃO DE PUBLICIDADE TEMPORÁRIA EM NOME DE ASSOCIAÇÃO DE FESTAS E MELHORAMENTOS DE AZINHEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a afixação de publicidade condicionada às informações e pareceres emitidos. Mais deliberar aprovar a isenção de pagamento das taxas devidas nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.

– ----- **PONTO XII - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS AO ABRIGO DE ACORDO-QUADRO - PROCESSO Nº 22/2015/CP - PROJETO DE ADJUDICAÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é adjudicar a Prestação de Serviços na Área de Seguros na sequência de procedimento por ajuste direto ao abrigo do Acordo Quadro Celebrado pela CIMLT, à empresa Açoreana Seguros, S.A., pelo montante de € 240.227,73 (duzentos e quarenta mil duzentos e vinte e sete euros e setenta e três cêntimos), isento de IVA.-----

Mais deliberar, que, nos termos do n.º 2 do artigo 77º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário seja notificado para, no prazo de 10 dias a contar da data da notificação de adjudicação, apresentar os documentos de habilitação exigidos no ponto 9 e 10 do convite do procedimento, bem como, no mesmo prazo, prestar a caução devida de valor correspondente a 5% do valor da adjudicação.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIII – ELEIÇÃO PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – 04/10/2015 – COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA – MEMBROS DAS MESAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação em apreço, autorizar a transferência para as Juntas de Freguesia no montante total de 7.750,00 € (sete mil setecentos e cinquenta euros) no âmbito da Eleição da Assembleia da República – 04 de outubro 2015.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIV - DOAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO A DESANEXAR DO ARTIGO RÚSTICO 65 DA SECÇÃO AH DA FREGUESIA DE RIO MAIOR, PROPRIEDADE DE JOSÉ LUÍS SALGADO ANTUNES BARROSO E HELENA MARIA SALGADO BARROSO MORIM** -----

----- A Presidente da Câmara retirou o ponto da ordem de trabalhos.-----

----- **PONTO XV - PROJETO DE REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM.** ---

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25º e para os efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o projeto de Regulamento do Orçamento Participativo Jovem. ---

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que pode ser um passo importante na dinamização da participação cívica e democrática dos jovens, sendo mais importante que seja um orçamento participado dos jovens e tem a inovação de ter dois aspetos que considerava de grande importância, um ao nível da deliberação e outro ao nível da execução, dando assim oportunidade aos jovens de opinarem e depois decidirem qual a sua aplicação, significando que a democracia aprende-se praticando. Espera que no futuro os rio maiorenses se habituem a um orçamento participado.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Disse que houvera a expectativa que o regulamento fosse aprovado na Assembleia Municipal do mês de junho para que pudesse ainda ter eficácia no orçamento de dois mil e dezasseis, o que não foi possível devido ao atraso da publicação em Diário da República. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- No uso da palavra referiu esperar que este regulamento seja o princípio não só do orçamento participativo, mas de um orçamento participado. Disse que constatara, que existem jovens interessados com capacidade crítica o que não acontecia há muito tempo, considerando que as reuniões dos Conselhos Municipais de Juventude não se realizavam por falta de quórum.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e dez minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____